

Trágica solução



Por **GABRIEL COHN***

A criação de um Estado palestino, embora necessária, é vista como uma solução trágica. Ela perpetua a lógica do Estado nacional, uma instituição problemática que aprisiona povos e gera conflitos, em vez de buscar alternativas supranacionais mais avançadas

1.

Ganha robustez a cada dia, em todos os quadrantes, a posição favorável à busca de uma solução para a política de cerco e extermínio que vem sendo aplicada pelo Estado de Israel em terras palestinas. Isso se faria mediante a criação de um Estado palestino com legitimidade internacional e representação na organização das Nações Unidas.

(Uso essa expressão “cerco e extermínio” no lugar daquela de “genocídio”, que vem se tornando habitual porque, mesmo ciente de que ela tem precedente no caso de Israel desde o massacre de Safra e Chatila no Líbano em 1982, quando órgão da ONU se manifestou nesse sentido, e é adotada agora pela mesma organização, ela a rigor só se aplica a um caso extremo de aniquilação planejada como a “solução final” nazista e a casos similares, especialmente na África, como em Ruanda em 1994, sobre o qual o então emissário da ONU Paulo Sergio Pinheiro tem o que narrar).

Já no título fica claro que atribuo a esse gesto de criação de um novo Estado uma dimensão trágica, que se somaria à série de equívocos e barbaridades que vem marcando o infausto prolongamento do século XX no momento que estamos vivendo, quando os trinta primeiros anos do século exibem uma perturbadora semelhança com o período correspondente há cem anos.

Regimes autoritários de vários matizes, crescente ameaça de guerra mundial, mortandades em massa disseminadas (não só em Gaza, veja-se o caso do Sudão por exemplo), ameaça de crise econômica de largo alcance, degradação geral de condições de vida e, sobretudo, de referências civilizatórias – não falta nada, e a intensidade é comparável senão maior.

Por que, então, atribuir esse peso à proposta de criação de um Estado nacional nas atuais circunstâncias? Porque o Estado nacional não é solução para nada, é na realidade um problema para cuja solução as tentativas de formações supranacionais apontam.

Desde o início essa instituição política constitui um recuo civilizatório mais do que um avanço, uma espécie de enrascada moderna, que aprisiona o destino de povos a singularidades territoriais e os expõe a todas as variantes de conflitos étnicos, econômicos e bélicos. Está mais do que em tempo de pensar para além do Estado nacional como força liberadora, quando na realidade é só mais uma caixinha na opressiva montagem moderna.

Qual é, então, a solução, reclamarão os mais impacientes. Verdade é que uma proposta, precária embora, já vem sendo

a terra é redonda

sustentada há décadas, e é amargo para um velho simpatizante do movimento de esquerda israelense Paz Agora reconhecer que seu momento possível está inexoravelmente perdido. Trata-se, claro, da criação de um Estado binacional, aberto, democrático, laico. E por que me parece trágica essa circunstância?

Porque a situação atual nas relações entre judeus e palestinos parece repetir, como num espelho destorcido, a situação judaica há um século, na fase expansiva da proposta sionista, assentada na ideia de que a única saída para a condição contrita das populações judaicas europeias em ambientes hostis era essa, de ocupação na forma de Estado nacional de um território supostamente destinado historicamente a ser a “terra de Israel”, *Eretz Israel*.

2.

O mesmo argumento retornou redobrado após a derrota da Alemanha nazista com sua política inequivocamente genocida de literal aniquilação, reiterando-se que somente assim se asseguraria a sobrevivência do povo judaico em todas suas dimensões. Criou-se assim, nos rearranjos geopolíticos do após-guerra, o Estado de Israel em 1948.

Estavam, então, asseguradas não só a sobrevivência física contra possíveis outros holocaustos (para usar o termo que o movimento judaico reservou), como a manutenção da contribuição cultural judaica em escala telúrica. Ou não? A história do Estado israelense demonstra que nesse segundo ponto isso não ocorreu e nem poderia ter ocorrido dada a inevitável prevalência da lógica da unidade do Estado nacional.

Uma cruel ironia histórica se encontra nisso, que os povos despojados da carapaça estatal, que de maneira um tanto rude Max Weber denominava “povos pária”, sustentam melhor sua contribuição civilizatória na condição de hóspedes de outras nações, como foi o caso dos judeus durante séculos, do que ocupados em se fecharem no seu espaço próprio. No caso palestino surge a questão que já atormentou tantos outros: quem os acolherá?

Claro que a resposta para isso é negativa, e em consequência a solução estatal própria vai se tornando inexorável, tragicamente inexorável, diria eu. É no modo de organização que perdura no mundo e que se manifesta na atroz repetição de condições que supostamente já foram superadas, com a atuação bestial dos Netanyhau e dos Trump, devidamente apoiada pela bestialidade de uma organização como a Hamas ou similar pronta para se recompor para exercer uma hegemonia autoritária numa eventual Palestina diante de um concerto internacional mais cínico do que solidário, que consiste a natureza trágica do processo todo, a tenaz e infausta reiteração de um processo que cumpre empenhar-se para superar.

Enquanto isso, no Israel dos Netanyhau e *tutti quanti* a grande contribuição civilizatória judaica, que mais do que nunca cumpre preservar, o apego à razão e à justiça, é empurrada para o baú das coisas velhas, e talvez seja isso o que mais dói.

Enquanto escrevo, entra em debate uma proposta com óbvio viés Trump-Netanyahu apresentada pelo presidente dos EUA com ele próprio como proponente e coordenador e à revelia de qualquer instância mais ampla. Planos menos autocentrados malograram, vejamos mais adiante o destino deste naquilo que importa, que não é o conforto do eixo EUA-Israel e sim a saída do terrível impasse semita.

Sim, porque israelenses e palestinos compartilham o tronco linguístico e as raízes históricas semitas, povos irmãos à beira de se converterem em odiosos inimigos por séculos, e também contra isso devemos lutar.

***Gabriel Cohn** é professor emérito da FFLCH- USP. Autor, entre outros livros, de *A difícil República (Azougue)*.
[<https://amzn.to/4mJBJeM>]

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

a terra é redonda

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA

A Terra é Redonda